

Maria Geralda de Almeida

Professora Titular da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Professor Aposentada da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora do PPGEIO da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

(In memoriam)

Nos últimos anos, a demanda social para instaurar políticas públicas ambientais mais efetivas impulsionou uma atenção crescente para os temas ambiente e território. O território, visto como um espaço no qual se integra uma complexidade de relações de vida social e política, de desenvolvimento econômico e de gestão ambiental, é geralmente utilizado como área de estudo na análise de assuntos vinculados às políticas e governança.

Há um consenso que o conhecimento científico convencional está limitado para abordar a complexidade ambiental, que requer entender as sinergias dos sistemas imersos na natureza do evento para entendê-las em seus conflitos. A superação das limitações do conhecimento convencional está no diálogo da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, e na busca de novos olhares, como os autores deste livro procuram realizar numa colaboração estreita entre uma geógrafa, um geógrafo e um biólogo.

Os cientistas preferem insistir sobre as modalidades de evitar e resolver os conflitos assim como sobre os procedimentos de negociação ou de concertação. Eles raramente se debruçam sobre as características espaciais e sistêmicas dos conflitos ambientais e por isso perdem oportunidades para ampliar o conhecimento e olhar a questão sobre outro ângulo, uma mirada territorial, e assim contribuir para uma análise mais integrada e refinada.

Os conflitos são motivados por uma rede complexa de causas de natureza social e técnica que vai da divergência de uso de uma dada região e ou território aos processos de exclusão social. Eles manifestam a possibilidade de uma troca democrática mínima, em uma discussão sobre os

¹ Prefácio redigido para o livro **Entre Conflitos Ambientais e Ordenamento Territorial: Diálogos a partir do Litoral e Unidades de Conservação**, de autoria de Carla Norma Correia dos Santos, Claudio Roberto Braghini e José Wellington Carvalho Vilar, publicado em 2020, pela EDIFS. Disponível em: <<http://ifs.edu.br/diretoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/editora-propex/385-hot-site-propex/9005-edifs-2020>>. Acesso em: 19/07/2022.



meios de chegar ao uso do ambiente de forma responsável, sem prejuízo ou danos para uma parcela de usuários, ou mesmo quanto às finalidades intencionadas desta apropriação ambiental. Em todo caso, conflitos implicam pessoas físicas ou morais que geralmente não podem evitar de viver sobre o território em disputa, e devem encontrar os meios de concordarem sobre seu uso e funcionamento. Frequentemente assimétricos, esses acordos podem conduzir à exclusão de grupos mais ou menos importantes no processo de decisão.

As dinâmicas conflitivas se constroem em torno de um objeto principal, que cristaliza os desacordos. O primeiro objeto de conflito do uso do espaço está ligado à propriedade, à posse e uso da terra, quer se trate de questões de ocupação do solo e de disputa fundiária para os moradores com suas atividades tradicionais ou da construção de territorialidades. Há, ainda, a coabitação com outros usos do litoral e das unidades de conservação da natureza, base empírica do livro. Os conflitos ligados às externalidades negativas das atividades produtivas resultam da percepção de incômodos diversos como poluição sonora, de cheiros e da água.

Os atores implicados nestes conflitos são de toda natureza e representativos da diversidade das partes envolvidas e presentes nos territórios. Trata-se, primeiramente, de particulares e associações de proteção ambiental, moradores e extrativistas de unidades de conservação, de associações de comunidades e de pescadores que, geralmente, são a origem das contestações aos projetos que causem danos e ou graves intervenções ambientais.

Outros atores são as empresas privadas, geralmente, colocadas em causa por suas atividades poluidoras, destruidoras da natureza e desrespeitosas com a vizinhança. O Estado e os investidores privados são frequentemente implicados nos conflitos; eles são questionados pelos outros atores, em particular pelas demandas de construção ou de explorações irregulares. Mas eles são igualmente encontrados em ações de justiça, contra as construções ilegais ou contra planos de urbanização e projetos turísticos, considerados inapropriados ou ilegais do ponto de vista ambiental.

Os conflitos são reveladores das mutações e mudanças que se produzem nos territórios. Eles são sinais das evoluções sociais, técnicas e econômicas, indicando novidades e inovações. Eles testemunham ambiguidades e oposições que suscitam: discursos em volta de sua valorização, de sua não aceitabilidade eventual, assim como da implantação de procedimentos de governança, sob a égide das dinâmicas socioterritoriais. Enfim, toda mudança provoca oposições ou resistências, mais ou menos fundadas ou pertinentes. Durante essas fases de conflito são registradas recomposições sociais ou de grupos de interesses, e mudanças de natureza técnica ou jurídica. Após os conflitos restam novos acordos no nível local, novos modos de governança e novas configurações de poderes, assim como decisões técnicas que resultam das negociações precedentes. Os conflitos são, assim, tanto frutos como a origem das evoluções e das dinâmicas territoriais.



Os conflitos sobre uso do espaço apresentam a particularidade de manter uma forte ligação com o território. Eles repousam sobre uma base física, se desenvolvem entre vizinhos e surgem em torno de bens materiais e imateriais localizados. Eles se inscrevem em um quadro institucional determinado pelos jogos e pelas regras de instâncias locais e supralocais. Os conflitos são ligados a uma materialidade de atos realizados ou previstos.

Repensar a relação território-ambiente parte de mudanças epistemológicas acerca de como conhecemos a complexidade ambiental em dita relação. Para isso, é importante ter um panorama das diferentes maneiras de aproximar o ambiente e o território, seja no litoral ou em espaços protegidos em forma de unidade de conservação. É dominar uma arte!

Os autores deste livro foram felizes na escolha do tema conflitos ambientais e ordenamento territorial a partir do litoral e de unidades de conservação, revelando maturidade acadêmica e uma contribuição original ao ver o espaço geográfico em outra perspectiva. A arte está presente!

Goiânia (GO), em dias de corona vírus (Covid 19), no mês de março de 2020.